

# Estudo Técnico Preliminar 70/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo:

## 2. Descrição da necessidade

2.1. Contratação de empresa seguradora para a prestação de serviços de seguro patrimonial com cobertura básica e acessória contra danificações ou perda total causada por incêndio, queda de raio, explosão e implosão de qualquer natureza, fumaça, queda de aeronave, vendaval, tempestade, furacão, ciclone, tornado e granizo, alagamento e inundações, tumultos, quebra de vidros, incluindo a pele de vidros, e espelhos, e mármores, danos elétricos incluindo equipamentos eletrônicos e/ou de baixa voltagem, roubo ou furto qualificado de bens e equipamentos eletrônicos nas instalações, e responsabilidade civil, para imóveis sob a responsabilidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Núcleo de Gestão do Patrimônio Imobiliário - NUGESPI	Manuella Félix de Andrade

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.1.1 Apólice de seguro patrimonial em nome da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, localizada na Rua Rui Barbosa, nº 710 - Centro, no Município de Cruz das Almas (BA), CEP: 44.380-000.

4.1.2 A emissão da apólice, certificado ou endosso será feita em até 15 (quinze) dias contados a partir da data da assinatura do contrato.

4.1.3 A vigência da apólice de seguro é de 12 (doze) meses, contados da data de sua emissão, podendo ser renovado, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme o disposto no art. 106 da Lei nº 14.133/21.

4.1.4 Da apólice deverão constar, além destas Condições Gerais, das Condições Especiais e, quando houver, das Condições Particulares para as coberturas efetivamente contratadas, as seguintes informações:

4.1.4.1 a identificação da seguradora, com o respectivo CNPJ;

4.1.4.2 as datas de início e fim de sua vigência;

4.1.4.3 as coberturas contratadas;

4.1.4.4 o Limite Máximo de Garantia da apólice e o Limite Máximo de Indenização, por cobertura contratada;

4.1.4.5 o valor, à vista, do prêmio e a data limite para o seu pagamento;

4.1.4.6 o nome ou a razão social do segurado;

4.1.4.7 o nome ou a razão social do beneficiário, quando for o caso;

4.1.4.8 a discriminação dos prejuízos indenizáveis e dos direitos do segurado;

4.1.4.9 a informação de que o prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, a contar da entrega da documentação completa necessária para essa finalidade.

4.2 Apresentação de documentos comprobatórios do Sicafe ou equivalentes, Certidão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Certidão do Portal da Transparência, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Atestado de Capacidade Técnica, Certidões Fiscais e Registro na Autoridade Competente.

4.3 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

## 5. Requisitos Legais

5.1 O procedimento obedecerá, integralmente, aos seguintes normativos:

LEI Nº 14.133/2021 (NLLC) - Que institui a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estabelece, nos seus artigos 82 a 86, o Sistema de Registro de Preço (SRP) como forma de contratação para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

DECRETO Nº 11.462/2023, de 31 de março de 2023 - Regulamenta os artigos 82 a 86 da NLLC, LEI Nº 14.133/2021, estabelecendo normas para o Sistema de Registro de Preços (SRP) no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquicas e fundacionais.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65/2021, de 07 de julho de 2021 - estabelece diretrizes para a realização de **pesquisa de preços** na aquisição de bens e contratação de serviços em geral no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI Nº 5/2017 - Dispõe sobre regras e diretrizes para contratação de serviços continuados ou não.

DECRETO Nº 73, de 21/11/1966 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.

DECRETO Nº 61.589/67 - Retifica disposições do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, no que tange a capitais, ao início da cobertura do risco e emissão da apólice, à obrigação do pagamento do prêmio e da indenização e à cobrança bancária.

Atos regulamentadores da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

## 6. Justificativa-Necessidade da Contratação

6.1 A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB é uma instituição pública autárquica vinculada ao Ministério da Educação (MEC), criada pela Lei 11.151 de 29 de julho de 2005 por desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, e inclui atividades de ensino, pesquisa e extensão em várias áreas do conhecimento.

6.2 Com sede em Cruz das Almas, a Universidade possui campi também em Amargosa, Cachoeira, Feira de Santana, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus, possuindo assim um patrimônio imobiliário bastante extenso e com edificações diversificadas.

6.3 Para o cumprimento de sua missão institucional e com a finalidade de contribuir com suas atividades de ensino, pesquisa e extensão nas várias áreas do conhecimento, uma ampla gama de projetos encontra-se em andamento.

6.4 Tanto para a execução desses projetos quanto para a própria manutenção do funcionamento da instituição, é necessária a contratação de serviços de maior ou menor complexidade, o que compreende a contratação de seguro predial, para cobertura do patrimônio imobiliário da UFRB, a fim de garantir a reposição de danos à União em caso de sinistro.

6.5 A contratação dos serviços de seguro imobiliário cumpre cláusula das obrigações, de Termos de Cessão de Uso de Bem Imóvel celebrados com a UFRB, haja vista os riscos e a imprevisibilidade de eventos a que a Administração está exposta. Ressalte-se que esta ponderação dos riscos, em razão de sua magnitude e probabilidade de ocorrência é essencial para a boa governança dos órgãos públicos e que a adoção de medidas de mitigação e redução destes riscos, ou dos danos associados à ocorrência dos eventos identificados, deve ser buscada ativamente pelos gestores públicos.

6.6 Os serviços ora referenciados enquadram-se no conceito de serviços comuns, uma vez que apresentam padrões de desempenho e qualidade definidos, com características gerais e específicas usuais no mercado, passíveis de descrição objetiva e sucinta. São serviços amplamente oferecidos por diversos fornecedores, o que permite a comparação entre as propostas e a tomada de decisão com base no critério de menor preço. Tal natureza torna viável a adoção de Sistema de Registro de Preços, conforme previsto nos artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto nº 11.462/2023.

6.7 A utilização do SRP mostra-se especialmente adequada, considerando que a contratação dos serviços poderá ocorrer de forma parcelada conforme a demanda da Administração, sem a necessidade de um consumo imediato, o que garante maior flexibilidade, eficiência e economicidade. Essa sistemática permite atender às variações quantitativas e sazonais, sem comprometer a continuidade dos serviços e respeitando os limites orçamentários.

6.8 A forma de adjudicação será por preço global, uma vez que o objeto contratado corresponde a um único item, cuja prestação integral é essencial para assegurar a uniformidade e efetividade dos serviços. Tal abordagem inviabiliza o fracionamento do objeto, sendo a contratação global recomendada para garantir o adequado balanceamento dos riscos, a padronização dos serviços, a facilitação da fiscalização e a gestão contratual centralizada.

6.9 O critério de julgamento adotado será o de menor preço global registrado, sem prejuízo à ampla competitividade do certame ou à obtenção de economia de escala. Desta-se que a natureza dos serviços é compatível com esse critério e a adoção do SRP contribuirá significativamente para a economicidade, a racionalização administrativa e a agilidade na contratação futura, quando da efetiva necessidade da Administração.

## **7. Análise da Série Histórica**

7.1 A contratação do serviço de natureza continuada atenderá às necessidades de preservação e garantia de imóveis da UFRB, por meio de cobertura de seguro adequada e equivalente na ocorrência de eventual sinistro que cause danos ao erário.

7.2 No que tange à sinistralidade no âmbito da UFRB, não há registro de sinistros em prédios da instituição.

7.3 Para fins de instrução dos autos do processo licitatório, e considerando a adoção do Sistema de Registro de Preços, foi realizada pesquisa de preços nos termos do artigo 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021. Foram utilizadas fontes oficiais, como o Painel de Preços do Governo Federal, bem como sites de ampla divulgação, em conformidade com os artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

## **8. Informações -Dimensionamento da proposta**

8. Para um correto dimensionamento das propostas, bem como conhecimento pelas licitantes das instalações contempladas com os contratos de seguro patrimonial da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB, segue descrição dos imóveis:

8.1 Prédio Administrativo da UFRB/CECULT localizado na Praça da Purificação, nº 64, Centro, no Município de Santo Amaro - Bahia, foi cedido para uso gratuito pela Secretaria da Administração da Bahia - SAEB. Possui área total construída de 424,33m², sendo a área total do térreo e subsolo de 232,37 m² e área pavimento superior de 191,96 m².

8.2 Prédio da Residência Universitária do CETENS, localizado na Rua Visconde do Rio Branco, nº 667, Centro, no município de Feira de Santana - Bahia, cedido para uso da UFRB pela Secretaria de Administração da Bahia - SAEB. Área total do terreno de 543,48 m² e área total construída de 424,20m².

8.3 Prédio da Fundação Hansen Bahia, localizado na Rua Treze de Maio, nº 13, Centro, no município de Cachoeira/BA, cedido para uso gratuito pela Secretaria da Administração da Bahia - SAEB. A parte do imóvel utilizado pela UFRB possui área de 1.134,99m², correspondendo a soma das áreas dos pavimentos térreo, primeiro e segundo andar do bem imóvel denominado Fundação Hansen Bahia.

8.4 Pelo fato dos imóveis ocupados serem patrimônio do Estado da Bahia, cabe à Secretaria de Administração da Bahia - SEAB todos os trâmites de registro, atualização e regularização dos imóveis no Sistema de Controle de Bens Imóveis do Estado - SIMOV.

8.5 A UFRB possui manutenção de infraestrutura predial, preventiva e corretiva, que mantém as instalações em funcionamento e em condições de uso, propiciando maior segurança.

## **9. Levantamento de Mercado**

### **9.1. DA METODOLOGIA**

Para determinar o valor máximo estimado da contratação, foi realizada pesquisa de mercado no "Painel de Preços" e em sites de domínio amplo, conforme previsto no artigo 5º da IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

## 9.2. DAS PESQUISAS

I - Ressalto que cada empresa possui itens diferentes na cobertura básica, fazendo que o preço final das propostas espelhem a quantidade de itens segurados, e os valores sejam proporcionais aos itens incluídos.

Objeto	Cotação 1	Cotação 2	Cotação 3
Seguro Predial para cobertura do patrimônio imobiliário da UFRB	R\$ 1.185,75	R\$ 2.083,00	R\$ 2.365,76

## 10. Descrição da solução como um todo

10.1 Os móveis, utensílios, mercadorias, máquinas e equipamentos poderão ser remanejados em suas dependências pela UFRB, sem qualquer prejuízo ou adicional à cobertura contratada.

10.2 A apólice deverá cobrir riscos derivados de incêndio, queda de raio, explosão e implosão de qualquer natureza, fumaça, queda de aeronave, vendaval, tempestade, furacão, ciclone, tornado e granizo, alagamento e inundações, tumultos, quebra de vidros, incluindo a pele de vidros, e espelhos, e mármore, danos elétricos incluindo equipamentos eletrônicos eletrônicos e/ou de baixa voltagem, roubo ou furto qualificado de bens e equipamentos eletrônicos nas instalações, e responsabilidade civil, para imóveis sob a responsabilidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

10.3 O seguro consiste na garantia de pagamento de indenização por danos ou prejuízos e deverá compreender as seguintes coberturas:

a. Cobertura Básica: Isenta de franquia para todo o prédio contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, implosão e queda de aeronaves inclusive as decorrentes de tumultos.

a.1. O seguro contra incêndio deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados de incêndio, explosão, mesmo que decorrentes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos, e, ainda, raio e suas consequências.

a.1.1 Se danos múltiplos e/ou sucessivos forem associados a diversos fatos geradores, sem que haja possibilidade de individualizá-los com respeito àqueles danos, numa relação de causa e efeito, o conjunto formado por todos eles será interpretado como uma única "ocorrência".

b. Cobertura Acessória: vendaval, furacão, ciclone, tornado e granizo; danos elétricos; responsabilidade civil; quebra de vidros; alagamento e inundação.

b.1. O seguro contra os danos elétricos deverá cobrir, no mínimo, perdas e/ou danos físicos diretamente causados a quaisquer máquinas, equipamentos ou instalações eletrônicas ou elétricas devido a variações anormais de tensão, curto-circuito, arco voltaico, calor gerado acidentalmente por eletricidade, descargas elétricas, eletricidade estática ou qualquer efeito ou fenômeno de natureza elétrica, inclusive a queda de raio ocorrida fora do local segurado.

10.4 As instalações, itens e respectivos valores estão sujeitos a eventuais alterações em razão de novas reformas ou alterações de layout durante o período da cobertura.

10.5 Na ocorrência de sinistro, os valores a serem regularmente ressarcidos devem ser apurados com base nos dados das notas fiscais e no respectivo valor de mercado, conforme previsto na legislação de regência.

10.6 Na hipótese de sinistro decorrente de risco simultaneamente amparado por várias coberturas, prevalecerá aquela que for mais favorável à Contratante, a seu critério, não sendo admitida, em hipótese alguma, a acumulação de coberturas e seus respectivos limites máximos de indenização contratados.

10.7 Os eventuais desembolsos efetuados pela UFRB, decorrentes de Despesas de Salvamento durante e/ou após a ocorrência do sinistro e os valores referentes aos danos materiais comprovadamente causados pela Contratante e/ou terceiros, com objetivo de evitar o sinistro, minorar o dano, ou salvaguardar o bem, também estão garantidos pelo presente seguro, limitados, porém, ao limite máximo de indenização da cobertura afetada pelo sinistro, quando não contratada cobertura específica.

10.8 O prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado por cobertura de responsabilidade civil, cuja indenização esteja sujeita às disposições deste processo, será constituído pela soma das seguintes parcelas:

10.8.1 despesas, comprovadamente, efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência de danos a terceiros, com o objetivo de reduzir sua responsabilidade;

10.8.2 valores das reparações estabelecidas em sentença judicial transitada em julgado e/ou por acordo entre as partes, nesta última hipótese com a anuência expressa das sociedades seguradoras envolvidas;

10.9 De maneira análoga, o prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado pelas demais coberturas será constituído pela soma das seguintes parcelas:

10.9.1 despesas de salvamento, comprovadamente, efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência do sinistro;

10.9.2 valor referente aos danos materiais, comprovadamente, causados pelo segurado e/ou por terceiros na tentativa de minorar o dano ou salvar a coisa;

10.10 Entende-se que a contratação do limite máximo de garantia na forma de risco absoluto é a adequada em razão da necessidade de implementação de infraestrutura complementar de prevenção de sinistros, o que inclui elementos de incerteza no cálculo necessário para avaliar a conveniência de se adotar a forma de risco relativo. Desta forma, de modo a diminuir a possibilidade de prejuízos para o patrimônio da União, neste momento, entende-se que a forma de risco absoluto é a opção que mais garante a efetividade do resultado desejado na presente contratação. Adicionalmente, tendo em vista o cenário de restrição orçamentária, uma vez que eventual contingenciamento pode retirar do órgão a capacidade de adimplir com os valores reservados para fazer frente aos riscos no caso de ocorrência de sinistro.

10.11 Entende-se por Risco Absoluto a modalidade de seguro em que a Contratada responde pelos prejuízos integralmente até o Limite Máximo de Indenização (LMI) para cada cobertura afetada. Já Risco Relativo é a modalidade de seguro em que o Limite Máximo de Indenização (LMI) deve manter uma relação percentual mínima com o valor em risco.

## 11. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

11.1. Abaixo, as coberturas consideradas na contratação das apólices, bem como o Limite Máximo de Indenização (LMI) e a Franquia para cada uma delas:

COBERTURAS	RISCO	LMI	FRANQUIAS
Incêndio, Raio, Explosão de qualquer natureza e Queda de Aeronave	Absoluto	R\$ 1.000.000,00	Sem franquia
Danos Elétricos	Absoluto	100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis
Responsabilidade civil	Absoluto	200.000,00	Sem franquia
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Impacto de Veículos Terrestres	Absoluto	100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis
Despesas Fixas	Absoluto	200.000,00	Sem franquia
Alagamento e inundação.	Absoluto	20.000,00	15% dos prejuízos indenizáveis
Tumulto, Greve, LOCK-OUT	Absoluto	50.000,00	Sem franquia
Danos morais	Absoluto	40.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis

11.2 Os valores das coberturas acessórias foram fixados tendo em vista a importância dos bens protegidos e a probabilidade de ocorrência do sinistro que a cobertura pretende cobrir.

11.3 Os valores das coberturas podem ser empregados para todas os imóveis a serem contratados.

## 12. Estimativa do Valor da Contratação

12.1. Da Metodologia

12.1.1. Para determinar o valor máximo estimado da contratação, foi realizada pesquisa no Compras.gov.br, conforme artigo 5 IN SEGES/ME nº 65/2021.

12.1.2. A cobertura básica e as coberturas adicionais foram estabelecidas de acordo com a pesquisa de mercado e a identificação das necessidades da UFRB para proteção de seu patrimônio, conforme Tabelas Referenciais I.

**Tabela Referencial I**

COBERTURAS	RISCO	LMI	FRANQUIAS
Incêndio, Queda de Raio, Explosão de qualquer natureza, Fumaça e Queda de Aeronaves	Absoluto	R\$ 1.000.000,00	Sem franquia
Danos Elétricos	Absoluto	100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis
Responsabilidade civil	Absoluto	200.000,00	Sem franquia
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Impacto de Veículos Terrestres	Absoluto	100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis
Despesas Fixas	Absoluto	200.000,00	Sem franquia
Alagamento e inundação.	Absoluto	20.000,00	15% dos prejuízos indenizáveis
Tumulto, Greve, LOCK-OUT	Absoluto	50.000,00	Sem franquia
Danos morais	Absoluto	40.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis

## 12.2. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

a) Tendo em vista que os valores estimados do prêmio a ser pago à seguradora contratada são definidos em razão não apenas da área predial, mas dos riscos envolvidos que devem ser levantados in loco e variam de instituição para instituição, os preços expostos acima destinam-se apenas a demonstrar a pesquisa realizada para uniformização de critérios mínimos para definição e delimitação do prêmio a ser pago à seguradora contratada, não servindo para estabelecer o valor máximo estimado da contratação.



### **13. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

13.1. A forma de licitação adequada é a de adjudicação por preço global, por se tratar de apenas um item e o objeto não se adequar ao seu parcelamento, sendo geralmente contratado de forma compreensiva, de modo a propiciar um adequado balanceamento dos riscos para composição do custo da contratação.

### **14. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

14.1. O objeto da contratação é a prestação de serviços de seguro predial para cobertura do patrimônio imobiliário da UFRB. Tratando-se de contratação que visa diminuir os riscos para operação da Unidade Administrativa, evitando prejuízos decorrentes de ocorrências imprevisíveis que possam causar danos ao seu patrimônio imobiliário, esta se rege pelas normas do mercado de seguros, não exigindo qualquer contratação correlata ou independente para sua execução.

### **15. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

#### **15. REFERÊNCIA DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO**

15.1 As despesas para atender a esta licitação, referente ao seguro imobiliário para os imóveis relacionados da UFRB, estão alinhadas com a diretriz 9 do Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI 2019-2030 e programada em dotação orçamentária própria da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, prevista no orçamento da União para o exercício de 2025.

### **16. Seleção de Fornecedores**

16.1 Em atenção ao Acórdão nº 600/2015 - TCU - Plenário, é vedada a intermediação de empresa corretora na execução de contrato de seguros adquiridos pela Administração Pública, ainda que inexistia vínculo formal direto da corretora com o órgão contratante.

### **17. Classificação dos Bens Comuns**

17.1 Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

17.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

17.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

17.4 De acordo com o art. 6º, inciso LV, e o art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade pregão.

Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

17.5 As especificações referentes ao seguro patrimonial imobiliário, estão dentro dos padrões de desempenho e qualidades capazes de ser objetivamente definidas pelo edital, sendo suas especificações usuais no mercado, podendo, portanto, ser licitado na modalidade pregão, conforme estabelecido pelos artigos 1º e 3º, inciso II do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

17.6 Ressalta-se que para classificação e especificação do objeto desta contratação, foram observados os normativos da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, autarquia vinculada ao Ministério da Economia, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro.

## **18. Controle e Fiscalização da Solução**

18.1 O cumprimento das obrigações constantes da apólice de seguros será acompanhado e fiscalizado, em todos os seus termos, pelo fiscal e gestor do contrato, servidor a ser designado por meio de Portaria para representar a Contratante. Este anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços e adotará todas as providências necessárias para indenização dos danos sofridos na hipótese de sinistros, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas.

18.2 A contratada deverá indicar preposto, aceito pela Contratante, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que se fizer necessário.

18.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no processo licitatório.

18.4 Além do acompanhamento e da fiscalização do contrato, o fiscal poderá, ainda, sustar qualquer serviço que, por ocasião de sinistro, esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

## **19. Do recebimento e Aceitação do Objeto**

19.1 Os serviços serão recebidos pelo fiscal do contrato a partir da entrega da apólice para efeito de verificação da conformidade com as especificações contidas na proposta e na Apólice, no prazo de até 10 (dez) dias, mediante atesto da Nota Fiscal.

19.2 A Contratante rejeitará, no todo ou em parte, a execução do serviço e demais itens pertinentes em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

19.3 A apólice de seguro de bens imóveis adotada pela Contratada deverá conter, imprerivelmente, que o prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistros não seja superior a 30 (trinta) dias.

19.4 A Contratada deverá fornecer informações relativas ao funcionamento do seguro para os bens imóveis objeto deste Estudo.

19.5 Quaisquer alterações na apólice poderão ser solicitadas pela Contratante e processada pela Contratada mediante Endosso.

19.6 A licitante vencedora fica obrigada a efetuar a entrega da Apólice de Seguro no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.

## **20. Resultados Pretendidos**

20.1. Considerando que a existência de riscos é inerente à atividade humana, as boas normas de Governança Pública recomendam que estes sejam identificados, classificados e monitorados, devendo o gestor, de acordo com a probabilidade de ocorrência de eventos danosos que possam prejudicar o atingimento dos objetivos da instituição e do impacto destes eventos sobre estes objetivos, implementar medidas destinadas a prevenir a ocorrência de sinistros e minorar suas consequências, quando inevitáveis. Neste sentido a contratação de seguro predial para cobertura do patrimônio imobiliário da UFRB é providência que atua no sentido de diminuir o impacto de danos causados por sinistros, protegendo o patrimônio público e diminuindo a possibilidade destes eventos prejudicarem o exercício regular das atribuições da instituição.

## **21. Providências a serem Adotadas**

21.1. Tendo em vista que se trata da contratação de seguradora para prestação de serviços de seguro predial para cobertura do patrimônio imobiliário de prédios cedidos a UFRB, visando diminuir riscos operacionais para a Administração, evitando prejuízos decorrentes de ocorrências imprevisíveis que possam causar danos ao seu patrimônio imobiliário, rege-se pelas normas do mercado de seguros, não exigindo providências adicionais para sua execução.

## **22. Possíveis Impactos Ambientais**

22.1 Quanto aos critérios de sustentabilidade, não se aplica na execução do objeto, uma vez que os serviços a serem contratados referem-se ao pagamento de indenizações por prejuízos ocorridos decorrente de riscos cobertos.

## **23. Equipe de Planejamento**

Equipe Técnica: servidores representantes da área requisitante.

José Roberto dos Santos Barbosa - SIAPE nº 1751409

Manuella Félix de Andrade - SIAPE nº 1756027

## **24. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 24.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade justifica-se pela necessidade de proteção patrimonial em conformidade com os tópicos levantados neste Estudo.

## 25. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MANUELLA FELIX DE ANDRADE**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 06/05/2025 às 11:41:22.*